

**EMENDA Nº**  
(à MPV nº 689, de 2015)

Acrescente-se ao art. 1º da Medida Provisória nº 689, de 2015, o seguinte dispositivo à Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990:

**Art. 1º** A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 132 A demissão será aplicada nos seguintes casos:

.....

XIV – recebimento de remuneração em desacordo com o disposto no caput do art. 92.”

**JUSTIFICAÇÃO**

Em tempos de crise econômica e de necessidade do Estado em cortar custos, passam ao largo dos instrumentos de fiscalização do governo artifícios para burlar seus controles internos e permitir que um servidor público possa ser remunerado, concomitantemente, pela administração pública e pela iniciativa privada.

O art. 92 da Lei nº 8.112, de 1990, assegura ao servidor o direito à licença **sem remuneração** para o desempenho de mandato em confederação, federação, associação de classe, sindicato etc.

A presente emenda vai ao encontro do propósito de moralização contemplado na Medida Provisória ao determinar a aplicação da penalidade de demissão como forma de impedir que servidores públicos possam, no exercício de atividades privadas, receber, cumulativamente, remuneração dos dois lados.

Sala da Comissão,



Senador FLEXA RIBEIRO

